



INOVAÇÕES NO CRÉDITO CONSIGNADO REGRAS DE IMPLEMENTAÇÃO EM 2025 ASPECTOS GERAIS.

Autor(res)

Lorena Vale Pereira
Atharinny Pereira Da Silva
Ryan Barroso De Souza
Joelucia De Sousa Castro
Larissa Pinto Dos Santos
Angela Dos Santos Moraes
Francivaldo Lopes Da Silva
Maria Tereza Alves De Lima Gomes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O crédito consignado tem se consolidado como uma ferramenta essencial para o financiamento de milhões de brasileiros, representando um motor de consumo e, por consequência, de crescimento do PIB. Contudo, sua expansão também levanta preocupações relacionadas ao superendividamento e à judicialização das relações de crédito. No Seminário Nacional sobre Crédito Consignado, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília, especialistas discutiram as implicações das novas diretrizes jurídicas, abordando temas como a importância do consentimento do consumidor, a digitalização do sistema bancário e a necessidade de regulamentação mais rigorosa. Este resumo expandido tem o condão de analisar os principais pontos levantados no seminário, destacando a urgência de uma abordagem equilibrada entre a oferta de crédito e a proteção do consumidor.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar as novas regras do crédito consignado a partir de 2025, destacando suas implicações para a proteção do consumidor, a transparência nas operações e a prevenção do superendividamento.

Material e Métodos

Para a elaboração deste estudo, foi feita pesquisas bibliográficas que envolviam o tema. Fazendo o estudo com informações de sites como CNN Brasil explicando sobre a alteração e restrição do crédito consignado. Foi utilizada a Instrução Normativa PRESS/INSS nº 172 com as novas mudanças, estabelecendo critérios e procedimentos para a consignação de descontos para o pagamento de crédito consignados. O método qualitativo foi utilizado para compreender as opiniões de especialistas e autoridades sobre as mudanças nas regulamentações e suas



expectativas para o futuro do crédito consignado no Brasil.

Resultados e Discussão

As discussões sobre a judicialização e as fraudes no crédito consignado evidenciaram a necessidade de um sistema judiciário mais eficiente e de parcerias entre instituições financeiras e o Judiciário. As iniciativas de conciliação e métodos alternativos de resolução de conflitos foram apresentadas como soluções para reduzir a litigiosidade.

As novas regras para o crédito consignado a partir de 2025 incluem a limitação do percentual da renda que pode ser comprometido, a exigência de consentimento explícito para a concessão do crédito e a promoção de educação financeira. A Instrução Normativa PRESS/INSS nº 172 alterou a A Instrução Normativa PRESS/INSS nº 138 flexibilizando uma restrição para a concessão de crédito consignado que estava em vigor em 2022. A alteração determinava o bloqueio das contas dos beneficiários do INSS para a contratação de crédito consignado com uma restrição de 90 dias. Todo cidadão que se aposenta é impossibilitado de fazer um empréstimo desde que peça desbloqueio, garantido assim, a proteção dos aposentados e pensionistas de assédio de instituições financeiras. A medida irá atingir apenas os novos beneficiários de 2025.

A exigência de consentimento explícito deve coibir práticas abusivas, garantindo que os tomadores estejam plenamente cientes das condições do empréstimo antes de aceitá-lo. Além disso, a promoção da educação financeira é fundamental para capacitar os consumidores a tomar decisões informadas sobre o uso do crédito.

Conclusão

As novas regras do crédito consignado, que entrarão em vigor em 2025, representam um avanço significativo na regulamentação dessa modalidade de crédito. Ao estabelecer limites para o comprometimento da renda e promover a transparéncia nas operações, essas diretrizes têm o potencial de proteger os consumidores e reduzir o risco de superendividamento. A colaboração entre instituições financeiras, reguladores e educadores financeiros será crucial para garantir a eficácia dessas medidas. No entanto, a eficácia dessas novas diretrizes dependerá da implementação adequada e da fiscalização rigorosa por parte dos órgãos reguladores, além da conscientização dos consumidores sobre seus direitos.

Referências

- CNN BRASIL. "INSS altera regras e aplica restrições para crédito consignado a partir de 2025; entenda" site de notícias.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CRÉDITO CONSIGNADO. Ata e palestras.
- SANTOS, João. "O Impacto das Novas Regras do Crédito Consignado". Revista de Direito Financeiro. v. 10, n. 2, 2023.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA PRESS/INSS nº 172, de 28 de agosto de 2024.